

Demonstrações Contábeis Regulatórias

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Empresa de Transmissão de EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 12 de março de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5.954	13.947
Investimentos Temporários	4	2.147	-
Concessionárias e Permissionárias		4.966	5.029
Serviços em Curso		2.796	2.519
Tributos Compensáveis		236	284
Despesas Pagas Antecipadamente		3	2
Outros Ativos Circulantes		5.757	1.545
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	5	926	913
Depósitos Vinculados a Litígios		18	18
Outros Ativos Não Circulantes		29	25
Participações Societárias Permanentes	1	116.129	106.763
Imobilizado	6.1	94.325	98.260
Intangível	6.2	2.405	2.533
Total do Ativo		<u>235.691</u>	<u>231.838</u>

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		553	391
Debêntures	7.1	23.823	36.325
Obrigações Sociais e Trabalhistas		787	924
Tributos		8.255	6.603
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		12.030	11.014
Encargos Setoriais		3.840	3.319
Outros Passivos Circulantes		1.257	1.338
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Debêntures	7.1	104.067	76.764
Provisão para Litígios	8	52	-
Outros Passivos Não Circulantes		1.021	844
Total do Passivo		<u>155.685</u>	<u>137.522</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	42.095	42.095
Reservas de Lucros	9.2	170.013	165.924
Dividendos Societários Distribuídos	9.2	(132.102)	(113.703)
Total do Patrimônio Líquido		<u>80.006</u>	<u>94.316</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>235.691</u>	<u>231.838</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		51.338	48.352
Tributos			
PIS-PASEP		(334)	(315)
Cofins		(1.542)	(1.453)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(474)	(438)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.335)	(1.257)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(205)	(193)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	10	<u>47.448</u>	<u>44.696</u>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		<u>47.448</u>	<u>44.696</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(3.968)	(4.855)
Material		(34)	(40)
Serviços de Terceiros		(963)	(998)
Arrendamento e Aluguéis		(166)	(117)
Seguros		(16)	(20)
Doações, Contribuições e Subvenções		(228)	(175)
Provisões		(58)	150
Tributos		(132)	(59)
Depreciação e Amortização		(4.536)	(4.488)
Outras Receitas Operacionais		23	(249)
Resultado da Atividade		<u>37.370</u>	<u>33.845</u>
Equivalência Patrimonial		8.442	7.788
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(8.122)	(10.054)
Receitas Financeiras		1.158	1.730
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		<u>38.848</u>	<u>33.309</u>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(9.126)	(7.628)
Lucro Líquido do Exercício		29.722	25.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	29.722	25.681
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>29.722</u>	<u>25.681</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas legal	Reservas de Retenção de Lucro	Dividendos Societários Distribuídos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	42.095	8.419	104.198	(75.063)	-	79.649
Adoção de Novas Normas Societárias	-	-	-	-	2.025	2.025
Constituição de Reserva de Lucro Societário	-	-	20.265	-	(20.265)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	-	-	-	-	33.309	33.309
Destinação Proposta à A.G.O.:						
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	(11.014)	(11.014)
Reserva de Lucro do Exercício	-	-	33.042	-	(33.042)	-
Dividendos Societários Distribuídos	-	-	-	(38.640)	28.987	(9.653)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	42.095	8.419	157.505	(113.703)	-	94.316
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	-	-	-	-	38.848	38.848
Destinação Proposta à A.G.O.:						
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	(12.030)	(12.030)
Pagamento de Dividendos sobre Lucros Retidos	-	-	(32.000)	-	-	(32.000)
Reserva de Lucro do Exercício	-	-	36.089	-	(36.089)	-
Dividendos Societários Distribuídos	-	-	-	(18.399)	9.271	(9.128)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	42.095	8.419	161.594	(132.102)	-	80.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	29.722	25.681
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	134	161
Depreciação	4.402	4.327
Equivalência Patrimonial	(8.442)	(7.788)
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.126	7.628
Juros e Variações Monetárias	7.821	9.999
Provisões para litígios	52	-
Outros	58	249
	42.873	40.257
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários e Permissionárias	50	(1.096)
Depósitos Vinculados a Litígios	-	10
Imposto de Renda e Contribuição Social	(165)	(262)
Outros	(439)	(256)
	(554)	(1.604)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	488	(281)
Fornecedores	162	(268)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(137)	148
Tributos	(201)	(181)
Outros	95	(1.277)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	407	(1.859)
Encargos de Dívidas Pagos	(6.738)	(10.021)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.060)	(10.227)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	28.928	16.546
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	(4.980)	-
Investimentos Temporários	(2.147)	-
Imobilizado	(525)	(597)
Intangível	(6)	(11)
Proventos Recebidos	-	4.170
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.658)	3.562
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Debêntures Captados	49.759	-
Debêntures Pagos	(36.008)	(27.006)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(43.014)	(24.992)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(29.263)	(51.998)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.993)	(31.890)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	13.947	45.837
No fim do exercício	5.954	13.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "ECTE") está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão								
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP n	índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ECTE		088/2000	30	2030	53.352	IGPM	mar/02	Sim
ETSE (*)	100%	006/2012	30	2042	21.089	IPCA	mar/15	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019. RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$21.914 para ETSE.

Empresas	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação da Outorgada (em %)
ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.	116.129	8.442	100

Em 09 de março de 2002, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 12 de junho de 2020.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na Nota 14, para melhor entendimento do leitor.

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa e Investimentos temporários.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o Caixa e Concessionárias e Permissionárias.

3.2. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.3. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores e debêntures são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.5.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Tributação

3.6.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.7. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.7.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.7.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	152.481	-	(78)	288	(2)	152.689	208	(73.064)	79.625	83.717
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	93	-	-	-	-	93	-	(64)	29	33
Máquinas e Equipamentos	152.269	-	-	288	(2)	152.555	286	(72.963)	79.592	83.680
Veículos	105	-	(78)	-	-	27	(78)	(27)	-	-
Móveis e Utensílios	14	-	-	-	-	14	-	(10)	4	4
Administração	70	-	-	39	-	109	39	(87)	22	5
Máquinas e Equipamentos	48	-	-	39	-	87	39	(69)	18	-
Móveis e Utensílios	22	-	-	-	-	22	-	(18)	4	5
Subtotal	152.551	-	(78)	327	(2)	152.798	247	(73.151)	79.647	83.722
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	14.442	477	-	(288)	(59)	14.572	130	-	14.572	14.442
Máquinas e Equipamentos	2.461	273	-	(283)	185	2.636	175	-	2.636	2.461
Outros	11.981	204	-	(5)	(244)	11.936	(45)	-	11.936	11.981
Administração	97	48	-	(39)	-	106	9	-	106	96
Máquinas e Equipamentos	42	48	-	(39)	-	51	9	-	51	41
Outros	55	-	-	-	-	55	-	-	55	55
Subtotal	14.539	525	-	(327)	(59)	14.678	139	-	14.678	14.538
Total do Ativo Imobilizado	167.090	525	(78)	-	(61)	167.476	386	(73.151)	94.325	98.260

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	1.905	-	1.905	-	(123)	1.782	1.820
Servidões	1.705	-	1.705	-	-	1.705	1.705
Softwares	200	-	200	-	(123)	77	115
Administração	631	-	631	-	(627)	4	100
Softwares	479	-	479	-	(475)	4	100
Outros	152	-	152	-	(152)	-	-
Subtotal	2.536	-	2.536	-	(750)	1.786	1.920
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	612	3	615	3	-	615	612
Servidões	334	-	334	-	-	334	334
Softwares	46	3	49	3	-	49	46
Outros	232	-	232	-	-	232	232
Administração	1	3	4	3	-	4	1
Softwares	1	3	4	3	-	4	1
Subtotal	613	6	619	6	-	619	613
Total do Ativo Intangível	3.149	6	3.155	6	(750)	2.405	2.533

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,83%	152.689	(73.064)	79.625	83.717
Custo Histórico	2,83%	152.689	(73.064)	79.625	83.717
Administração	17,53%	109	(87)	22	5
Custo Histórico	17,53%	109	(87)	22	5
		152.798	(73.151)	79.647	83.722
Em curso					
Transmissão	-	14.572	-	14.572	14.442
Administração	-	106	-	106	96
		14.678	-	14.678	14.538
		167.476	(73.151)	94.325	98.260

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	321	-	321
Material em Depósito	-	204	204
Total das Adições	321	204	525

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
<u>Transmissão</u>	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora

Descrição do bem	Valor
1. Paredes corta fogo do banco de autotransformadores	198
2. Concentrador de medição sincronofasorial	64
Supervisor de paralelismo síncrono c/ entrada p/ coroa potenc. Série: 266199, 266209, 266215,	
3. 266221 / mód. De comunicação para série: 265870	26

6.7. As principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora

Descrição do bem	Valor
1. Caminhonete LX 200 4X4 GL	78

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures

7.1. Abertura do Endividamento

2019

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal	Saldo	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a.
	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Total				
Debêntures 3ª emissão - HSBC CORRETORA TÍTULOS	19	1.988	-	2.007	Sim	mai-15	Não há	CDI + 2,15%
Debêntures 4ª emissão - Bradesco	41	20.585	54.235	74.861	Sim	set-17	Não há	107,75% do CDI
Debêntures 5ª emissão - Bradesco	1.238	(48)	49.832	51.022	Sim	jul-19	Não há	108,60% do CDI
Total por Dívida	1.298	22.525	104.067	127.890				

2019

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	Cronograma de Amortização do Principal de Longo Prazo				Total
	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2021	2022	2023	Após 2023	
Debêntures 3ª emissão - HSBC CORRETORA TÍTULOS	07/02/20	Trimestral	07/02/20	07/02/20	Trimestral	SAC	-	-	-	-	-
Debêntures 4ª emissão - Bradesco	26/01/20	Mensal	26/05/20	26/09/22	Mensal	SAC	30.974	23.261	-	-	54.235
Debêntures 5ª emissão - Bradesco	17/01/20	Semestral	17/07/24	17/07/24	Bullet (final)	Bullet (final)	(48)	(48)	(47)	49.975	49.832
Total por Dívida							30.926	23.213	(47)	49.975	104.067

2018

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal	Saldo	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a.
	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Total				
Debêntures 3ª emissão - HSBC CORRETORA TÍTULOS	455	35.953	1.987	38.395	Sim	mai-15	Não há	CDI + 2,15%
Debêntures 4ª emissão - Bradesco	60	(143)	74.777	74.694	Sim	set-17	Não há	107,75% do CDI
Total por Dívida	515	35.810	76.764	113.089				

2018

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	Cronograma de Amortização do Principal de Longo Prazo				Total
	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2020	2021	2022	Após 2022	
Debêntures 3ª emissão - HSBC CORRETORA TÍTULOS	07/02/19	Trimestral	07/02/19	07/02/20	Trimestral	SAC	-	1.987	-	-	1.987
Debêntures 4ª emissão - Bradesco	26/01/19	Mensal	26/05/20	26/09/22	Mensal	SAC	-	20.560	30.942	23.275	74.777
Total por Dívida							-	22.547	30.942	23.275	76.764

Individualmente o saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 4ª emissão de debêntures o montante é de R\$105 e R\$75, respectivamente, enquanto na 5ª emissão de debêntures, o saldo é de R\$48 e R\$168, respectivamente.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As cláusulas restritivas das debêntures simples da ECTE estão relacionadas ao limite da dívida líquida que, em 31 de dezembro de 2019, atualizadas pelo IGP-M R\$185.205 e R\$228.468 e R\$228.462 para a 3ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures, respectivamente. O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2019, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

7.2. Abertura dos Ativos Financeiros

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018	
	Principal Curto Prazo e Juros	Saldo Total	Principal Curto Prazo e Juros	Saldo Total
Ativos Financeiros	8.101	8.101	Curto Prazo e Juros	13.947
Caixa e Aplicações. Financeiras	8.101	8.101	13.947	13.947
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.954	5.954	13.947	13.947
Investimentos Temporários	2.147	2.147		

7.3. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal	Total	Total
				2019	2018
(+) Dívida Bruta	1.298	22.525	104.067	127.890	113.089
Debêntures. Moeda Nacional	1.298	22.525	104.067	127.890	113.089
(-) Ativos Financeiros	-	(8.101)	-	(8.101)	(13.947)
Alta Liquidez	-	(5.954)	-	(5.954)	(13.947)
Demais Aplicações Financeiras	-	(2.147)	-	(2.147)	-
(+) Dívida Líquida	1.298	14.424	104.067	119.789	99.142

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Provisão para Litígios

	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2018	-	-
Provisão	52	52
Saldos em 31/12/2019	52	52
Circulante	-	-
Não Circulante	52	52

A companhia possui 1 causa de natureza trabalhista com perda classificada como “provável” no montante de R\$52 (R\$11 em 31 de dezembro de 2018 referente a 2 causas trabalhistas).

Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, a companhia, individualmente e em seu consolidado, não possui demandas judiciais e administrativas com perda classificada como “possível” em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

9. Patrimônio Líquido

9.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$42.095, representado por 42.095.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Alupar Investimento S.A.	21.057	50,02	21.057	50,02
Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	13.001	30,88	13.001	30,88
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A	8.037	19,10	8.037	19,10
	-		-	
	42.095	100,00	42.095	100,00

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9.2. Reservas de lucros

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	8.419	8.419
Reserva de retenção de lucros	161.594	157.505
Dividendos societários distribuídos	<u>(132.102)</u>	<u>(113.703)</u>
	<u>37.911</u>	<u>52.221</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Este limite foi atingido em 2010.

10. Receita Operacional Bruta e Líquida

<u>Receita Líquida</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	51.338	48.564
(-) Parcela Variável	-	(212)
Programa de Integração Social - PIS	(334)	(315)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.542)	(1.453)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(474)	(438)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.335)	(1.257)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(205)	(193)
Total	<u>47.448</u>	<u>44.696</u>

10.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.565, de 25 de junho de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 7,66%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2016 e a próxima será em 1 de julho de 2020

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	3.585	4.412
Remuneração	1.893	2.361
Encargos	654	856
Previdência privada	97	107
Assistência médica	150	192
Despesas rescisórias	43	28
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	517	651
Outros	231	217
Administradores	383	443
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	263	331
Benefícios dos administradores	120	112
Total	3.968	4.855

12. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	38.848	33.309
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	13.208	11.325
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(2.870)	(2.648)
Despesas e Provisões Indedutíveis	(5.827)	(6.408)
Depreciação	1.496	(1.471)
Receitas Societárias	(2.474)	3.169
Materiais	11	13
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	5.773	4.052
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	-	(380)
Outros	(24)	(24)
Ajuste de exercícios anteriores	(167)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	9.126	7.628
Taxa Efetiva	23,49%	22,90%

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo				-	-	
<u>Ativo Circulante</u>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.954	-	5.954	13.947	-	13.947
Investimento temporários	2.147	-	2.147	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	4.966	-	4.966	5.029	-	5.029
Serviços em Curso	2.796	-	2.796	2.519	-	2.519
Contas a Receber Ativo Contratual	-	37.920	37.920	-	39.958	39.958
Tributos Compensáveis	236	-	236	284	-	284
Despesas Pagas Antecipadamente	3	-	3	2	-	2
Outros Ativos Circulantes	5.757	-	5.757	1.545	-	1.545
<u>Ativo Não Circulante</u>						
Concessionárias e Permissionárias	926	-	926	913	-	913
Depósitos Judiciais e Cauções	18	-	18	18	-	18
Ativo contratual da concessão	-	238.242	238.242	-	219.054	219.054
Outros Ativos Não Circulantes	29	-	29	25	4.099	4.124
Participações Societárias Permanentes	116.129	39.252	155.381	106.763	30.616	137.379
Imobilizado	94.325	(93.999)	326	98.260	(98.158)	102
Intangível	2.405	(2.398)	7	2.533	(2.432)	101
			-			
Total do Ativo	235.691	219.017	454.708	231.838	193.137	424.975

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	553	-	553	391	-	391
Debêntures	23.823	65	23.888	36.325	-	36.325
Obrigações Sociais e Trabalhistas	787	-	787	924	-	924
Tributos	8.255	-	8.255	6.603	-	6.603
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	12.030	-	12.030	11.014	-	11.014
Encargos Setoriais	3.840	-	3.840	3.319	-	3.319
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	2.583	2.583	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	1.257	(921)	336	1.338	(1.002)	336
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Debêntures	104.067	141	104.208	76.764	-	76.764
Provisão para Litígios	52	-	52	-	-	-
Tributos Diferidos	-	70.157	70.157	-	63.930	63.930
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	15.911	15.911	-	17.350	17.350
Outros Passivos Não Circulantes	1.021	(1.021)	-	844	(844)	-
Total do Passivo	155.685	86.915	242.600	137.522	79.434	216.956
Patrimônio Líquido						
Capital Social	42.095	-	42.095	42.095	-	42.095
Reservas de Lucros	170.013	-	170.013	165.924	-	165.924
Dividendos Societários Distribuídos	(132.102)	132.102	-	(113.703)	113.703	-
Total do Patrimônio Líquido	80.006	132.102	212.108	94.316	113.703	208.019
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	235.691	219.017	454.708	231.838	193.137	424.975

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	51.338	(51.338)	-	48.564	(48.564)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	36.685	36.685	-	9.169	9.169
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	47.757	47.757	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	(15.860)	(15.860)	-	49.383	49.383
(-) Parcela Variável	-	-	-	(212)	-	(212)
Tributos						
PIS-PASEP	(334)	(112)	(446)	(315)	(65)	(380)
Cofins	(1.542)	(516)	(2.058)	(1.453)	(301)	(1.754)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(474)	-	(474)	(438)	-	(438)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.335)	(447)	(1.782)	(1.257)	(261)	(1.518)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(205)	(69)	(274)	(193)	(41)	(234)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	47.448	16.100	63.548	44.696	9.320	54.016
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	47.448	16.100	63.548	44.696	9.320	54.016
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(3.968)	-	(3.968)	(4.855)	-	(4.855)
Material	(34)	(4.499)	(4.533)	(40)	(593)	(633)
Serviços de Terceiros	(963)	-	(963)	(998)	-	(998)
Arrendamento e Aluguéis	(166)	57	(109)	(117)	-	(117)
Seguros	(16)	-	(16)	(20)	-	(20)
Doações, Contribuições e Subvenções	(228)	-	(228)	(175)	-	(175)
Provisões	(58)	-	(58)	150	-	150
Tributos	(132)	-	(132)	(59)	-	(59)
Depreciação e Amortização	(4.536)	4.372	(164)	(4.488)	4.362	(126)
Outras Receitas Operacionais	23	(23)	-	(249)	249	-
Resultado da Atividade	37.370	16.007	53.377	33.845	13.338	47.183
Equivalência Patrimonial	8.442	8.636	17.078	7.788	13.713	21.501
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(8.122)	(19)	(8.141)	(10.054)	-	(10.054)
Receitas Financeiras	1.158	-	1.158	1.730	-	1.730
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	38.848	24.624	63.472	33.309	27.051	60.360
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(9.126)	(6.227)	(15.353)	(7.628)	(8.676)	(16.304)
Resultado Líquido do Exercício	29.722	18,397	48.119	25.681	(18.375)	(44.056)

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

14.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

14.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.2. Ativo Contratual da Concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta "Contribuições e encargos regulatórios diferidos" no passivo não circulante.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

14.1.4. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatório.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	212.108	208.019
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(220.959)	(194.983)
Arrendamento mercantil (CPC 06)	206	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	88.651	81.280
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>80.006</u>	<u>94.316</u>

14.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	48.119	44.056
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(24.623)	(27.051)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	6.226	8.676
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>29.722</u>	<u>25.681</u>